CAPÍTULO 125

VIOLÊNCIA NO NAMORO E CRENÇAS DE GÉNERO NOS ADOLESCENTES PORTUGUESES

Amâncio António de Sousa Carvalho[1].

[1]Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Escola Superior de Saúde, Vila Real Portugal. CIEC - Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

RESUMO: **Introdução:** A violência no namoro constitui um fenómeno complexo e multidimensional, que pode assumir formas físicas, psicológicas, sexuais, relacionais e digitais. A adolescência representa um período particularmente relevante para a construção de relações de intimidade e para a consolidação de crenças e expectativas acerca dos papéis de género, podendo estas influenciar a forma como determinados comportamentos são interpretados e legitimados. **Objetivo:** Este capítulo teve como objetivo analisar a relação entre a violência no namoro e as crenças de género em adolescentes portugueses, explorando as principais formas de violência, os fatores associados, os seus impactos e as implicações para a prevenção e intervenção, com particular atenção aos contextos educativos. **Enquadramento teórico:** A literatura evidencia que a violência no namoro resulta da interação de fatores individuais, relacionais, familiares e socioculturais. As crenças de género assumem especial relevância, uma vez que conceções tradicionais e desigualitárias podem contribuir para a normalização ou legitimação de comportamentos violentos. A evidência nacional aponta ainda para dificuldades dos jovens no reconhecimento de determinadas formas de violência e para diferenças de género na vitimação, perpetração e legitimação de comportamentos abusivos. **Considerações finais:** A prevenção requer uma abordagem integrada, centrada na igualdade de género, no consentimento, no respeito, na comunicação e no desenvolvimento de competências relacionais, sendo a escola um contexto privilegiado para a promoção de relações de intimidade saudáveis e não violentas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência por Parceiro Íntimo; Perspectiva de género; Adolescente; Serviços de saúde escolar; Empoderamento.

DATING VIOLENCE AND GENDER BELIEFS AMONG PORTUGUESE ADOLESCENTS

ABSTRACT: **Introduction:** Dating violence is a complex and multidimensional phenomenon that can take physical, psychological, sexual, relational, and digital forms. Adolescence represents a particularly important period for the development of intimate relationships and the consolidation of beliefs and expectations regarding gender roles, which may influence how

certain behaviors are interpreted and legitimized. **Objective:** This chapter aimed to analyze the relationship between dating violence and gender beliefs among Portuguese adolescents, exploring the main forms of violence, associated factors, its impacts, and implications for prevention and intervention, with particular attention to educational settings. **Theoretical Framework:** The literature shows that dating violence results from the interaction of individual, relational, family, and sociocultural factors. Gender beliefs are particularly relevant, as traditional and unequal conceptions may contribute to the normalization or legitimization of violent behaviors. National evidence also points to difficulties among young people in recognizing certain forms of violence and to gender differences in victimization, perpetration, and the legitimization of abusive behaviors. **Final considerations:** Prevention requires an integrated approach focused on gender equality, consent, respect, communication, and the development of relationship skills, with schools representing a particularly important setting for promoting healthy, non-violent intimate relationships.

KEYWORDS: Intimate Partner Violence; Gender Perspective; Adolescent; School Health Services; Empowerment.

INTRODUÇÃO

A adolescência constitui um período particularmente relevante para a construção da identidade, das relações interpessoais e das primeiras experiências de intimidade. As relações de namoro assumem, neste contexto, um papel importante no desenvolvimento socio-emocional das/os adolescentes, proporcionando experiências de proximidade, afeto, sexualidade e aprendizagem sobre as relações entre parceiros. Contudo, estas relações podem também envolver comportamentos de controlo, coerção, abuso psicológico, violência física e sexual ou formas de violência mediadas pelas tecnologias digitais. A violência no namoro (VN) constitui, assim, uma problemática com importantes implicações individuais e sociais, cuja prevenção requer uma compreensão aprofundada das dinâmicas relacionais e dos fatores socioculturais que podem contribuir para a sua legitimação (APAV, 2020; CIG, 2021).

No contexto português, a investigação tem demonstrado que a VN não é um fenómeno residual entre adolescentes e jovens. Estudos realizados com estudantes portugueses identificaram a presença de diferentes formas de violência nas relações de namoro, sendo particularmente frequente a violência psicológica ou emocional. Mais recentemente, dados do Estudo Nacional sobre Violência no Namoro 2025 evidenciam a persistência do fenómeno entre os/as jovens portugueses/as e chamam a atenção para a violência sexual e para as conceções relativas ao consentimento. Nesse estudo publicado em 2026, baseado numa amostra de 6732 jovens, com uma idade média de 15,16 anos, 66,3% reportaram ter experienciado alguma forma de VN. Adicionalmente, uma proporção relevante dos/as participantes não reconhecia determinados comportamentos de pressão ou coerção como formas de violência (UMAR, 2026).

Para termos uma ideia da evolução deste fenómeno da VN, o estudo das mesmas entidades realizado no ano anterior (UMAR, 2025), identificou que do total da amostra (n= 6152 jovens), 63,0% reportou ter experienciado alguma forma de violência. Por sua vez, um estudo realizado por Ferreira, Ferreira, Gomes e Carvalho (2025), com uma amostra de 148 alunos adolescentes, 56,1% dos alunos reportaram ter sofrido violência numa relação de namoro. Estes resultados indicam uma ligeira tendência de aumento deste fenómeno.

A compreensão da VN exige, contudo, que se ultrapasse uma perspetiva centrada exclusivamente na identificação de comportamentos violentos. As relações de intimidade são construídas num contexto social marcado por expectativas, normas e representações acerca do que significa ser homem, mulher, namorado ou namorada. As crenças de género desempenham, neste sentido, um papel particularmente relevante, uma vez que podem sustentar conceções assimétricas de poder, autoridade, ciúme, controlo, sexualidade e responsabilidade dentro das relações. Crenças que associam a masculinidade ao domínio, à iniciativa sexual ou ao controlo da parceira, ou que atribuem às meninas maior responsabilidade pela manutenção da relação, podem contribuir para a normalização de comportamentos abusivos e dificultar o reconhecimento da violência (Neves, Correia e Borges, 2024).

Os resultados do estudo nacional de Neves et al. (2024) com 4696 estudantes universitários/as, são particularmente relevantes porque sugerem que a violência não pode ser compreendida apenas como resultado de características individuais ou de conflitos entre parceiros/as, devendo também ser analisada à luz das normas sociais que estruturam as relações de género (Neves et al., 2024).

Esta relação entre crenças e comportamentos parece, contudo, ser complexa. A investigação realizada com adolescentes portugueses tem identificado relações entre as crenças e atitudes face à violência e a ocorrência de comportamentos violentos nas relações de namoro, embora essa relação não seja necessariamente uniforme entre diferentes grupos ou contextos. Num estudo comparativo com adolescentes portugueses e cabo-verdianos, Neves, Cameira, Machado, Duarte e Machado (2018) verificaram que os jovens cabo-verdianos apresentavam níveis mais elevados de crenças tradicionais sobre a violência nas relações íntimas, mas não se observaram diferenças na prevalência global dos comportamentos abusivos entre os dois grupos. Além disso, a associação entre crenças tradicionais e violência autorrelatada foi significativa apenas entre os participantes cabo-verdianos. Estes resultados sugerem que a relação entre crenças e comportamentos violentos não deve ser interpretada de forma linear, devendo ser considerados também os contextos socioculturais em que os adolescentes constroem as suas representações e relações de intimidade.

A dimensão de género é igualmente importante porque a VN não ocorre necessariamente de forma unidirecional nem pode ser reduzida a uma oposição simples entre “agressor” e “vítima”. Estudos realizados em Portugal têm encontrado comportamentos

violentos perpetrados por jovens de ambos os sexos, embora possam existir diferenças quanto à frequência, natureza, contexto e impacto dos comportamentos. Investigação realizada com jovens portugueses identificou, por exemplo, a predominância da violência emocional/verbal e uma relação entre a maior legitimação da violência e a maior presença de comportamentos violentos nas relações. Paralelamente, estudos sobre sexualidade e consentimento têm identificado diferenças de género na vitimação e na legitimação da violência sexual, com as raparigas a reportarem maior vitimação e os rapazes a apresentarem níveis superiores de legitimação de determinados comportamentos (Oliveira, Sani e Magalhães, 2012; APAV, 2020; Neves et al., 2024; UMAR, 2026).

A investigação mais recente reforça, por outro lado, a importância de intervir precocemente sobre as crenças de género. O estudo realizado com 148 adolescentes portugueses avaliou uma intervenção que combinou materiais sobre assimetrias de género, VN e sessões de educação para a saúde. Após a intervenção, observaram-se reduções estatisticamente significativas tanto nas crenças de género legitimadoras da violência como nos indicadores de relações violentas. Estes resultados sugerem que a escola e outros contextos educativos constituem espaços privilegiados para promover relações de intimidade baseadas no respeito, na igualdade, na autonomia e no consentimento (Ferreira et al., 2025).

Neste enquadramento, estudar a VN e as crenças de género nos adolescentes portugueses implica compreender de que modo as representações sociais sobre masculinidade e feminilidade podem influenciar a forma como as/os jovens interpretam, legitimam, experienciam ou reproduzem comportamentos violentos. Implica também reconhecer os adolescentes como sujeitos ativos na construção das suas relações, capazes de questionar normas e modelos relacionais e de desenvolver formas alternativas de vivenciar a intimidade. A prevenção da VN deve, por isso, ir além da transmissão de informação sobre diferentes tipos de violência, promovendo uma reflexão crítica sobre género, poder, consentimento, ciúme, controlo, sexualidade e respeito mútuo (APAV, 2020; Neves et al., 2024; Ferreira et al., 2025; Marques, Pacheco, Pontedeira, Iglesias & Rodrigues, 2026; UMAR, 2026).

Neste sentido, este capítulo tem como objetivo analisar a relação entre a VN e as crenças de género entre adolescentes portugueses, explorando as formas de violência presentes nas relações de namoro, as crenças e representações que podem contribuir para a sua legitimação e as diferenças associadas ao género. Pretende-se ainda discutir as implicações destes conhecimentos para a prevenção e intervenção, particularmente em contextos educativos, sublinhando a importância de promover relações de namoro igualitárias, não violentas e baseadas no consentimento e no respeito pelos direitos de ambas/os as/os parceiros.

Este capítulo encontra-se estruturado em duas partes principais. Após a Introdução, que contextualiza a VN na adolescência e apresenta o objetivo do capítulo, a primeira parte,

"Violência no namoro e crenças de género", aborda, numa primeira secção, o fenómeno da VN, incluindo as suas diferentes formas, fatores associados, impactos e estratégias de prevenção e intervenção. Numa segunda secção, analisa as crenças de género e a legitimação da violência, considerando os processos de socialização, as normas de género e a sua influência nas relações de intimidade. Por fim, as Considerações finais sintetizam os principais contributos da análise e reforçam a importância de estratégias preventivas centradas na igualdade de género, no respeito, no consentimento, na autonomia e na construção de relações de intimidade saudáveis e não violentas.

1. VIOLÊNCIA NO NAMORO E CRENÇAS DE GÉNERO

Como este capítulo procura refletir sobre a VN em adolescentes é de todo importante conceptualizarmos esta fase do ciclo de vida do ser humano. A adolescência corresponde a uma etapa específica do desenvolvimento humano, situada entre a infância e a idade adulta, caracterizada por importantes transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Mais do que uma simples categoria etária, constitui um período de desenvolvimento marcado pela aquisição progressiva de autonomia, pela construção da identidade e pelo estabelecimento de novas formas de relacionamento interpessoal. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define atualmente a adolescência como o período compreendido entre os 10 e os 19 anos, reconhecendo, contudo, que a idade constitui apenas um dos critérios possíveis para delimitar esta fase do desenvolvimento, uma vez que as transições sociais e culturais associadas à passagem para a idade adulta variam entre contextos e sociedades (World Health Organization [WHO], 2020, 2026).

Embora a definição dos 10 aos 19 anos continue a ser amplamente utilizada por organismos internacionais, a delimitação da adolescência tem sido objeto de discussão na literatura científica. Sawyer, Azzopardi, Wickremarathne e Patton (2018) argumentam que as transformações ocorridas nas últimas décadas, nomeadamente a antecipação de alguns processos de maturação biológica e o prolongamento de transições sociais como a conclusão da escolaridade, a entrada no mercado de trabalho, o casamento e a parentalidade, justificam uma conceção mais abrangente desta etapa. Estes autores propõem, por isso, que a adolescência seja considerada entre os 10 e os 24 anos, aproximando a sua definição das atuais trajetórias de desenvolvimento e das condições sociais em que os jovens constroem a sua autonomia e identidade.

1.1. O FENÓMENO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO

A VN pode ser definida como o conjunto de comportamentos abusivos perpetrados por um elemento de um casal sobre o outro, no contexto de uma relação de intimidade atual ou passada. Pode assumir diferentes formas e envolver comportamentos isolados ou padrões continuados de poder e controlo. A investigação internacional considera habitualmente

dimensões como a violência psicológica, física e sexual, podendo ainda incluir formas de violência relacional e comportamentos mediados pelas tecnologias digitais (Meiksin et al., 2024).

No contexto português, a APAV (2020) salienta que a VN pode manifestar-se através de insultos, humilhações, ameaças, controlo das relações sociais, comportamentos de vigilância, agressões físicas e práticas sexuais sem consentimento. Algumas destas condutas podem ser particularmente difíceis de reconhecer pelos jovens, sobretudo quando são interpretadas como manifestações de amor, preocupação ou ciúme. O controlo da forma de vestir, a exigência de acesso às mensagens do telemóvel ou às palavras-passe das redes sociais e a limitação do contacto com amigos ou familiares são exemplos de comportamentos que podem ser progressivamente normalizados no interior da relação.

A VN constitui, assim, um fenómeno multidimensional. A sua compreensão não pode limitar-se à ocorrência de agressões físicas, uma vez que formas psicológicas, relacionais, sexuais e digitais de violência podem produzir consequências significativas e contribuir para a consolidação de padrões abusivos. A investigação tem igualmente demonstrado que a violência pode ser bidirecional, isto é, um mesmo jovem pode assumir, em diferentes momentos ou situações, o papel de vítima e de perpetrador. Esta característica não significa, contudo, que todas as formas de violência tenham a mesma gravidade, frequência ou impacto, devendo ser considerados a natureza do comportamento, a sua intensidade, contexto, frequência e consequências (APAV, 2020).

Importa ainda distinguir entre a ocorrência de comportamentos violentos e a sua legitimação. Não reconhecer determinado comportamento como violência não significa necessariamente que o jovem tenha experienciado ou praticado esse comportamento, mas revela a existência de representações sociais que podem dificultar o reconhecimento precoce de situações abusivas. No estudo nacional sobre a VN de 2025, 75,3% dos jovens não consideraram VN pelo menos um dos 15 comportamentos apresentados no questionário, sendo o controlo a dimensão mais legitimada (UMAR, 2025).

1.1.1. Formas de violência no namoro

A VN pode assumir diversas formas, frequentemente interligadas. A classificação das diferentes modalidades é importante não apenas para fins conceptuais, mas também para facilitar a identificação das situações de risco e orientar estratégias de prevenção e intervenção.

A violência psicológica e/ou emocional é definida como um conjunto de atos verbais ou não verbais, incluindo intimidação, coação, ameaça e humilhação, os quais atentem contra a integridade psicológica e/ou emocional da vítima, limitando a sua liberdade, autodeterminação, dignidade e desenvolvimento pessoal. Esta forma de violência inclui comportamentos destinados a intimidar, humilhar, desvalorizar, ameaçar ou provocar

sofrimento emocional. Pode manifestar-se através de insultos, críticas constantes, humilhações, ameaças de abandono, chantagem emocional, manipulação, culpabilização ou comportamentos destinados a diminuir a autoestima do parceiro. Embora não deixe necessariamente marcas físicas visíveis, pode produzir consequências significativas no funcionamento emocional e social da vítima (APAV, 2020; Pacheco, Dias, Borges, Pinto & Maia, 2024).

Por sua vez, na violência física verifica-se o uso deliberado da força com a intenção de ferir e provocar sofrimento à outra pessoa, colocando em risco a sua integridade física, resultando ou não em marcas visíveis. A violência física envolve comportamentos que provocam ou procuram provocar dor ou lesão corporal, como empurrar, agarrar, esbofetear, pontapear ou bater. A existência de comportamentos físicos deve ser analisada independentemente da sua intensidade aparente, uma vez que episódios inicialmente percecionados como "ligeiros" podem integrar padrões progressivos de controlo e agressão (APAV, 2020; Pacheco et al., 2024).

A violência sexual refere-se à imposição de práticas sexuais, através da ameaça, coação ou força física, incluindo contactos físicos indesejados, a ridicularização do desempenho sexual da/o parceira/o, pressão para realizar atos sexuais, violação ou tentativa de violação. A violência sexual compreende comportamentos sexuais realizados sem consentimento livre e informado, incluindo pressão, coerção, insistência ou ameaça para obter contacto sexual. Uma particularidade relevante no namoro é a possibilidade de determinados comportamentos serem normalizados devido à ideia de que a existência de uma relação cria uma obrigação sexual (APAV, 2020; Pacheco et al., 2024). A APAV (2020) chama a atenção precisamente para esta dificuldade de reconhecimento, salientando que a vítima pode não interpretar como violência a cedência a uma prática sexual resultante de insistência, pressão ou ameaça do parceiro.

A violência relacional ou social procura limitar as relações da pessoa com terceiros e reduzir a sua autonomia. Pode incluir proibições ou restrições relativamente ao contacto com amigos, familiares ou colegas, bem como tentativas de determinar com quem a pessoa pode conviver e como deve ocupar o seu tempo. Estas práticas constituem formas de isolamento e controlo (APAV, 2020).

A violência através das tecnologias digitais adquiriu particular relevância nas relações juvenis. O acesso frequente ao telemóvel e às redes sociais pode facilitar comportamentos de vigilância, controlo, perseguição, invasão de privacidade, exigência de palavras-passe, monitorização da localização ou pressão para responder imediatamente às mensagens. A dimensão digital não constitui necessariamente uma forma independente de violência, podendo funcionar como instrumento de extensão das estratégias de controlo já presentes na relação presencial (APAV, 2020; Ferreira et al, 2025).

Por fim, importa reconhecer que estas modalidades podem ocorrer simultaneamente. Um comportamento de controlo digital pode estar associado a isolamento social, violência psicológica e, em determinadas situações, violência física ou sexual. Consequentemente, a análise da VN deve considerar o padrão relacional global e não apenas comportamentos isolados.

1.1.2. Fatores associados

A VN resulta da interação de múltiplos fatores individuais, relacionais, familiares e socioculturais. Uma abordagem exclusivamente centrada nas características individuais do agressor ou da vítima é, por isso, insuficiente para compreender a complexidade do fenómeno (Vives-Cases et al.,2021).

Entre os fatores individuais encontram-se atitudes favoráveis à violência, dificuldades de regulação emocional e determinadas experiências anteriores de vitimação ou exposição à violência. A investigação aponta igualmente para associações entre VN e problemas relacionados com saúde mental, consumo de substâncias e comportamentos sexuais de risco (Taquette & Monteiro, 2019).

No plano relacional, fatores como ciúme, dependência emocional, dificuldades de comunicação, conflitos frequentes, desequilíbrios de poder e estratégias inadequadas de resolução de conflitos podem contribuir para a emergência ou manutenção de comportamentos abusivos. É importante, contudo, evitar uma interpretação segundo a qual conflitos ou ciúmes “causam” necessariamente violência. O problema reside sobretudo na utilização do controlo, da ameaça ou da agressão como estratégias para impor poder ou obter determinados comportamentos do parceiro.

A experiência de violência no contexto familiar pode constituir outro fator relevante. A teoria da aprendizagem social sugere que crianças e adolescentes podem aprender padrões relacionais através da observação de comportamentos significativos no seu ambiente familiar. No estudo de Oliveira et al. (2012), realizado com 283 estudantes do ensino secundário do distrito do Porto, foram analisadas precisamente as relações entre exposição a violência familiar, crenças sobre violência e experiências de agressão e vitimação no namoro. Os resultados apoiam a relevância da transmissão intergeracional de padrões violentos, embora não permitam interpretar essa transmissão como um processo automático ou determinista. Estes resultados são corroborados pelos autores Vives-Cases et al. (2021) e Silva et al. (2023). O abuso na infância mostrou-se, igualmente, o principal fator associado à vitimação da VN em ambos os sexos (Vives-Cases, et al., 2021).

No plano sociocultural, as normas relativas ao género assumem especial relevância. Expectativas tradicionais sobre masculinidade e feminilidade podem atribuir aos rapazes características relacionadas com domínio, força, iniciativa sexual ou controlo, enquanto associam às raparigas maior responsabilidade pela manutenção da relação, cuidado

emocional e adaptação às necessidades do parceiro. Estas representações podem contribuir para a legitimação de relações assimétricas de poder e para a normalização de determinados comportamentos abusivos (Meiksin et al., 2024).

A revisão de Taquette e Monteiro (2019) evidencia ainda que a VN está relacionada com fatores sociais mais amplos, incluindo desigualdades socioeconómicas, racismo, heterossexismo e outras formas de desigualdade. Nesta perspetiva, a violência deve ser compreendida através de um modelo ecológico, no qual os fatores individuais interagem com os contextos familiar, escolar, comunitário e sociocultural.

1.1.3. Impacto da violência no namoro

As consequências da VN podem manifestar-se a curto, médio e longo prazo. A investigação demonstra associações entre a vitimação e problemas de saúde mental, consumo de substâncias, dificuldades académicas, problemas nas relações sociais e consequências relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva (Taquette & Monteiro, 2019).

No plano psicológico, a experiência de violência pode estar associada a ansiedade, sintomas depressivos, baixa autoestima, medo, sentimentos de culpa e dificuldades na confiança interpessoal. Uma revisão sistemática de estudos realizados em contexto escolar identificou associações entre vitimação por VN e problemas de saúde mental, consumo de substâncias, saúde sexual, desempenho académico e funcionamento social (Woolweaver et al., 2024).

As consequências não se distribuem necessariamente de forma igual entre rapazes e raparigas. Embora ambos possam ser vítimas e perpetradores, a literatura aponta para diferenças na natureza, frequência, contexto e impacto dos comportamentos violentos. No contexto português, a APAV (2020) salienta que a violência física parece ser mais frequentemente utilizada pelos rapazes e que o impacto psicológico e emocional da vitimação pode ser particularmente significativo entre as raparigas. Simultaneamente, a existência de vitimação e perpetração por parte de jovens de ambos os sexos reforça a necessidade de evitar representações excessivamente simplificadoras do fenómeno.

A VN pode ainda influenciar a construção das relações futuras. A exposição precoce a padrões relacionais violentos pode aumentar a probabilidade de envolvimento posterior em relações abusivas, contribuindo para a continuidade de padrões de violência ao longo do ciclo de vida. A revisão de De La Rue, Polanin, Espelage e Pigott (2017) identificou evidência de que a VN durante a adolescência pode estar relacionada com violência nas relações de intimidade na idade adulta.

As manifestações de violência nas relações de intimidade na adolescência desencadeiam graves consequências para as vítimas, quer ao nível da saúde mental, como no desempenho escolar. Para além disso, estudos indicam que a experiência de vitimação por VN na adolescência está diretamente relacionada a sérias consequências para a saúde

das/os jovens, podendo desencadear o aumento de comportamentos antissociais, o uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas, a depressão, o tabagismo e ainda a ideação suicida (Pacheco et al., 2024).

Por todas estas razões, a VN deve ser encarada como um problema de saúde pública, de direitos humanos e de desenvolvimento. A sua ocorrência durante a adolescência não deve ser desvalorizada como uma característica "normal" dos primeiros relacionamentos. Pelo contrário, a intervenção precoce pode contribuir para interromper padrões abusivos antes que estes se consolidem.

1.1.4. Intervenção na violência no namoro

A prevenção da VN deve começar antes ou durante as primeiras experiências de intimidade e envolver não apenas a transmissão de informação, mas também o desenvolvimento de competências e a transformação das normas sociais que legitimam comportamentos abusivos.

Neste sentido, o combate e a prevenção da violência de género e da VN são essenciais para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. A prevenção primária em contexto escolar, realizada de forma holística e contínua, é fundamental para consciencializar crianças e jovens sobre a desconstrução da violência e o desenvolvimento de relações saudáveis (Pacheco et al., 2024).

O contexto escolar apresenta particular relevância para este trabalho. A escola permite alcançar grupos alargados de adolescentes num período em que estão a desenvolver competências relacionais e a construir conceções sobre género, intimidade e sexualidade. Os programas de prevenção podem abordar temas como reconhecimento das diferentes formas de violência, consentimento, comunicação, resolução de conflitos, igualdade de género, gestão das emoções e procura de ajuda.

Considerando a VN um tipo de violência de género, importa referir que é de extrema relevância a prevenção primária em contexto escolar, através de uma intervenção holística e sistemática com crianças e jovens para conscientizar para a problemática. As estratégias pedagógicas de prevenção primária da violência de género devem intervir na mudança ao nível das crenças e valores relacionados com os papéis de género, as conceções sobre o amor, intimidade e relacionamentos (Pacheco et al., 2024).

A evidência internacional apoia a utilização de programas estruturados de prevenção. Uma revisão sistemática global identificou 52 avaliações de programas de prevenção da VN em adolescentes, tendo metade reportado efeitos preventivos significativos em pelo menos um resultado relacionado com vitimação ou perpetração (De La Rue, Knaak & Wager, 2022). Uma meta-análise de 18 ensaios, envolvendo 22.781 adolescentes, encontrou uma redução significativa da violência física e sexual quando os resultados eram analisados conjuntamente, embora os efeitos fossem mais consistentes para a violência física do que

para a sexual (Piolanti & Foran, 2022).

A intervenção deve, contudo, ser sensível às características dos diferentes grupos de adolescentes. As revisões existentes mostram heterogeneidade nos efeitos dos programas e sugerem que uma intervenção eficaz deve considerar idade, género, contexto social e nível de risco. A prevenção deve igualmente evitar abordagens exclusivamente individualizantes, integrando os contextos familiares, escolares e comunitários.

No contexto português, o trabalho desenvolvido pela UMAR através do projeto ART'THEMIS+ constitui um exemplo de prevenção primária da violência de género em contexto escolar. O programa tem sido implementado de forma sistemática com crianças e jovens e procura promover a igualdade de género e prevenir diferentes formas de violência. O Estudo Nacional sobre Violência no Namoro é desenvolvido neste contexto desde 2017, permitindo acompanhar as conceções juvenis e indicadores de vitimação ao longo do tempo (UMAR, 2025).

Uma evidência particularmente relevante para a relação entre prevenção e crenças de género foi apresentada por Ferreira et al. (2025). Num estudo quase-experimental realizado com 148 adolescentes portugueses, uma intervenção que combinou materiais sobre assimetrias de género, um vídeo sobre VN, cartazes e sessões de educação para a saúde esteve associada a reduções estatisticamente significativas nas crenças de género legitimadoras da violência e nos indicadores de relações violentas.

Estes resultados reforçam a importância de intervenções que não se limitem a ensinar os jovens a identificar comportamentos violentos. É igualmente necessário questionar as normas e crenças que podem contribuir para a sua aceitação. A prevenção deve, por isso, trabalhar conceitos como poder, autonomia, respeito, igualdade, consentimento, ciúme, controlo e responsabilidade relacional.

1.2. CRENÇAS DE GÉNERO E LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO NAMORO

As crenças de género correspondem a ideias, expectativas e representações acerca das características, papéis e comportamentos considerados adequados para homens e mulheres. Estas crenças são construídas socialmente e transmitidas através de diferentes agentes de socialização, incluindo a família, a escola, os grupos de pares, os meios de comunicação social e as próprias relações de intimidade.

No contexto das relações de namoro, as crenças de género podem influenciar aquilo que os jovens consideram aceitável ou inaceitável numa relação. Quando determinadas formas de controlo, ciúme, vigilância ou pressão sexual são interpretadas como manifestações de amor, interesse ou compromisso, a fronteira entre comportamento relacional e comportamento abusivo pode tornar-se menos clara (Neves et al., 2024).

A legitimação da violência deve ser distinguida da ocorrência efetiva de violência. Um jovem pode considerar determinado comportamento aceitável sem necessariamente o praticar, tal como pode praticar um comportamento que reconhece como inadequado. Apesar desta distinção, as crenças legitimadoras são relevantes porque podem influenciar a interpretação das experiências e diminuir a probabilidade de reconhecimento ou denúncia de situações abusivas.

No estudo nacional realizado por Neves et al. (2024), com 4696 estudantes universitários portugueses, 53,7% dos participantes reportaram ter sofrido pelo menos um episódio de VN e 34% indicaram ter perpetrado pelo menos um comportamento violento ao longo da vida. O estudo encontrou ainda uma associação entre crenças de género legitimadoras da violência e VN: os estudantes que tinham experienciado ou perpetrado violência apresentavam níveis mais elevados dessas crenças, e os estudantes do sexo masculino apresentavam níveis superiores de crenças legitimadoras relativamente às estudantes do sexo feminino.

Estes resultados são particularmente importantes porque mostram que as crenças de género não devem ser analisadas apenas como opiniões abstratas. Elas podem estar relacionadas com a forma como os jovens interpretam as relações e os comportamentos dos parceiros. A relação encontrada por Neves et al. (2024), contudo, deve ser interpretada com prudência: um estudo transversal permite identificar associações, mas não permite concluir que as crenças legitimadoras da violência sejam, por si só, a causa dos comportamentos violentos.

A investigação mais recente realizada com adolescentes portugueses reforça a importância deste domínio. Ferreira et al. (2025) demonstraram que uma intervenção centrada nas crenças de género e na VN foi acompanhada por uma redução significativa dos níveis de crenças legitimadoras da violência e dos indicadores de relações violentas. Estes resultados sugerem que as crenças não são necessariamente estáticas e podem ser objeto de intervenção educativa.

A relação entre género e violência deve, porém, ser abordada de forma não determinista. Ser rapaz não significa ser agressor, tal como ser rapariga não significa ser vítima. A literatura demonstra a existência de vitimação e perpetração em ambos os sexos, embora possam existir diferenças nos comportamentos, na frequência, na gravidade, no contexto e nas consequências. Uma abordagem centrada exclusivamente numa oposição rígida entre “agressor masculino” e “vítima feminina” pode, portanto, ocultar experiências importantes de violência e dificultar respostas adequadas.

Ao mesmo tempo, reconhecer a reciprocidade de alguns comportamentos não significa ignorar as desigualdades de género que estruturam determinadas formas de violência. A violência sexual, o controlo reprodutivo, a coerção sexual e determinadas formas de controlo podem assumir características fortemente marcadas pelas relações de poder entre homens e mulheres. A análise deve, por isso, articular duas dimensões: por

um lado, reconhecer a diversidade das experiências de vitimação e perpetração; por outro, compreender como as desigualdades de género e as normas sociais podem influenciar essas experiências.

As normas sociais desempenham aqui um papel central. Uma revisão sistemática de Meiksin et al. (2024) concluiu que as medidas de normas sociais relacionadas com VN apresentam associações importantes com resultados de violência, mas também identificou limitações na forma como as normas de género são avaliadas. Os autores salientam que muitas medidas se concentram diretamente na violência e deixam menos exploradas expectativas de género mais amplas que podem estar na base das relações violentas.

As desigualdades de género na adolescência derivam sobretudo da aprendizagem dos papéis e características tradicionais de género impostos desde a primeira infância, através da repetição de comportamentos, conceitos e atitudes que reiteram as atitudes de liderança autoritárias e dominantes dos homens e a postura dependente e submissa das mulheres (Blázquez-Alonso et al, 2019). Contudo, com a evolução da sociedade, a mediatização das desigualdades e as políticas de inclusão, os adolescentes mostram recetividade à diminuição destas mesmas desigualdades.

A perceção que os adolescentes desenvolvem acerca dos papéis de género no âmbito das relações de namoro pode ser compreendida à luz do conceito de sexismo ambivalente, proposto por Cuadrado-Gordillo e Martín-Mora-Parra (2022). Esta forma de sexismo caracteriza-se pela coexistência de duas dimensões distintas, mas complementares, dirigidas às mulheres: o sexismo hostil e o sexismo benevolente. O sexismo hostil traduz-se na adoção de atitudes que legitimam a superioridade e o domínio masculino sobre as mulheres, sustentadas pela crença de que os homens devem ocupar posições de maior poder e autoridade nos diferentes domínios da vida social, económica e política. Em contrapartida, o sexismo benevolente manifesta-se através de atitudes aparentemente positivas, como a proteção, o cuidado e a valorização da mulher. Contudo, por detrás destas manifestações encontra-se frequentemente a conceção de que as mulheres são frágeis e dependentes dos homens, sobretudo nas dimensões emocional e sexual. Apesar do seu caráter aparentemente favorável, esta forma de sexismo contribui igualmente para a perpetuação de relações assimétricas entre homens e mulheres, podendo produzir consequências tão negativas como as associadas ao sexismo hostil.

A coexistência destas duas dimensões contribui para a reprodução e normalização de conceções estereotipadas acerca dos papéis que homens e mulheres devem desempenhar nas relações interpessoais. Consequentemente, o sexismo ambivalente constitui um mecanismo que favorece a manutenção de desigualdades de género presentes na sociedade e pode contribuir para a normalização de determinados comportamentos abusivos no contexto das relações de namoro. Neste sentido, a interiorização de crenças e atitudes baseadas numa distribuição desigual de poder entre os géneros poderá estar associada a uma maior tolerância perante comportamentos violentos ou de controlo nas

relações afetivas (Cuadrado-Gordillo & Martín-Mora-Parra, 2022).

Hunt, Robinson, Valido, Espelage e Hong (2022) referem que atitudes de apoio à desigualdade de género na sociedade e nas relações podem fomentar a vitimação da VN. A evidência científica indica que a manutenção de atitudes que promovem papéis tradicionais de género perpetua a desigualdade de género e promove a violência contra as mulheres.

Por outro lado, a legitimação da violência nas relações interpessoais encontra-se frequentemente associada à interiorização de crenças que reproduzem relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Em determinados modelos familiares tradicionais, o homem é percecionado como a principal figura de autoridade, sendo-lhe atribuído um poder acrescido sobre os restantes elementos da família. Esta posição pode traduzir-se em comportamentos de controlo e dominação, cuja aceitação nem sempre se restringe ao próprio agressor, podendo ser, de forma consciente ou inconsciente, tolerada pelos restantes membros da família e pelo contexto social envolvente.

A exposição continuada a estes modelos de interação durante o processo de desenvolvimento pode desempenhar um papel relevante na formação das representações que os adolescentes constroem acerca das relações entre homens e mulheres. Assim, os comportamentos e as crenças observados no contexto familiar e social podem ser progressivamente interiorizados e posteriormente reproduzidos nas suas próprias relações interpessoais. Deste modo, a aprendizagem de padrões relacionais assentes na desigualdade, no controlo ou na autoridade masculina poderá contribuir para a reprodução intergeracional de atitudes que legitimam ou banalizam a violência nas relações de namoro (Cuadrado-Gordillo & Martín-Mora-Parra, 2022).

Assim, uma abordagem preventiva centrada nas crenças de género deverá ir além de perguntas diretas sobre se os jovens “concordam” ou “discordam” da violência. É necessário explorar conceções mais amplas sobre o que significa ser homem ou mulher, o que se espera de um namorado ou de uma namorada, quem deve tomar decisões na relação, como deve ser entendido o ciúme, quais são os limites da privacidade, o que significa consentimento e de que forma devem ser resolvidos os conflitos.

A educação para relações de intimidade saudáveis deve, neste sentido, promover uma conceção de namoro baseada na igualdade e na autonomia. O consentimento deve ser entendido como livre, informado, específico e revogável, não podendo ser substituído pela existência de uma relação de namoro. Do mesmo modo, o afeto e o compromisso não justificam a perda de privacidade, a vigilância ou o controlo sobre o parceiro.

Neste quadro, as crenças de género assumem particular importância porque podem contribuir para definir aquilo que os jovens consideram normal, aceitável ou justificável numa relação. A investigação portuguesa evidencia uma associação entre crenças de género legitimadoras da violência e experiências de vitimação e perpetração, enquanto estudos de intervenção sugerem que estas crenças podem ser modificadas através de estratégias educativas estruturadas (Neves et al., 2024; Ferreira et al., 2025). A prevenção da VN

deve, por isso, integrar simultaneamente a identificação das diferentes formas de violência, a promoção do consentimento e da comunicação, o desenvolvimento de competências relacionais e a desconstrução crítica das normas de género que sustentam relações de desigualdade.

Mais do que ensinar os jovens a reconhecer a violência quando esta já ocorreu, a prevenção deve contribuir para que desenvolvam modelos relacionais alternativos, baseados no respeito pela autonomia, na igualdade, na responsabilidade afetiva e na capacidade de estabelecer limites. Neste sentido, trabalhar as crenças de género não constitui uma dimensão complementar da prevenção da VN, mas uma componente relevante de uma estratégia mais ampla de promoção de relações de intimidade saudáveis e não violentas.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu evidenciar que a VN constitui um fenómeno complexo, multidimensional e socialmente contextualizado, que assume particular relevância durante a adolescência. Esta etapa do desenvolvimento caracteriza-se pela construção da identidade, pela aquisição progressiva de autonomia e pelo estabelecimento das primeiras relações de intimidade, tornando-se igualmente um período importante para a aprendizagem de modelos relacionais que podem influenciar experiências futuras. Neste contexto, a VN não deve ser entendida como uma característica inevitável ou normal das relações entre adolescentes, mas como um problema de Saúde Pública que pode comprometer o bem-estar, a saúde e o desenvolvimento dos jovens.

As suas manifestações podem variar entre formas psicológicas, físicas, sexuais, relacionais e digitais, podendo ocorrer isoladamente ou em combinação. Os fatores associados incluem características individuais, experiências familiares, dinâmicas relacionais e normas socioculturais. As consequências podem afetar a saúde mental, física e sexual, o funcionamento social e académico e as relações futuras.

Relativamente ao objetivo de analisar a relação entre a VN e as crenças de género entre adolescentes portugueses, a literatura analisada permite concluir que estas dimensões se encontram relacionadas, embora essa relação não possa ser interpretada de forma linear ou causal. As crenças de género constituem representações sociais sobre os papéis, características e comportamentos esperados de homens e mulheres e são construídas através de processos de socialização que envolvem diferentes contextos, nomeadamente, a família, a escola, os grupos de pares e os meios de comunicação social. Quando estas crenças reproduzem conceções tradicionais e assimétricas sobre masculinidade e feminilidade, podem contribuir para a aceitação de relações marcadas pelo desequilíbrio de poder, pelo controlo e pela desigualdade.

A investigação realizada em Portugal reforça esta associação. Os resultados apresentados por Neves et al. (2024), com uma amostra alargada de estudantes universitários portugueses, evidenciaram uma associação entre crenças de género legitimadoras da violência e experiências de vitimação e perpetração de VN. Os participantes que relataram experiências de violência apresentaram níveis mais elevados de crenças legitimadoras, tendo os estudantes do sexo masculino apresentado níveis superiores destas crenças. Contudo, estes resultados devem ser interpretados com prudência, uma vez que a associação entre crenças e comportamentos não permite estabelecer uma relação causal. O estudo comparativo de Neves et al. (2018) reforça precisamente esta ideia, ao demonstrar que a relação entre crenças tradicionais e comportamentos violentos pode variar em função do contexto sociocultural.

A análise das diferentes formas de violência permitiu igualmente reconhecer que a VN ultrapassa largamente a dimensão da agressão física. A violência psicológica e emocional, a violência sexual, a violência relacional e as formas de controlo e vigilância mediadas pelas tecnologias digitais podem ocorrer isoladamente ou de forma combinada, constituindo diferentes manifestações de abuso e restrição da autonomia do parceiro. Algumas destas condutas podem ser particularmente difíceis de identificar pelos adolescentes quando são interpretadas como expressões de amor, preocupação, ciúme ou compromisso. Esta dificuldade de reconhecimento assume especial importância no domínio da violência sexual e do consentimento, uma vez que a existência de uma relação de namoro não elimina o direito de cada pessoa à autodeterminação e à decisão livre sobre a sua sexualidade.

Os dados apresentados ao longo do capítulo mostram também que a VN não é um fenómeno residual entre adolescentes e jovens portugueses. Os estudos nacionais analisados evidenciam a presença de diferentes formas de vitimação e perpetração e revelam dificuldades significativas no reconhecimento de determinados comportamentos como violentos. Estes dados reforçam a necessidade de não limitar a intervenção à resposta perante situações já identificadas, sendo fundamental desenvolver estratégias preventivas capazes de atuar antes da consolidação de padrões relacionais abusivos.

No que respeita aos fatores associados, a análise realizada evidencia a necessidade de uma abordagem ecológica. A VN não resulta de uma única causa, mas da interação entre fatores individuais, relacionais, familiares e socioculturais. Experiências de exposição à violência familiar, determinadas atitudes perante a violência, dificuldades relacionais, desequilíbrios de poder e normas sociais de género podem contribuir, de diferentes formas, para a emergência ou manutenção de comportamentos violentos. Esta perspetiva permite evitar explicações exclusivamente centradas nas características individuais dos jovens e reconhecer a influência dos contextos em que estes desenvolvem as suas relações.

As consequências da VN constituem igualmente uma dimensão central. A evidência analisada associa a vitimação a diferentes consequências para a saúde e o funcionamento dos jovens, incluindo problemas de saúde mental, consumo de substâncias, dificuldades

académicas, problemas nas relações sociais e consequências relacionadas com a saúde sexual. A exposição a relações violentas durante a adolescência pode ainda interferir com a construção de representações futuras sobre intimidade e relacionamento. Por esta razão, a identificação e intervenção precoces assumem particular importância, não apenas para responder às situações existentes, mas também para prevenir a continuidade de padrões violentos ao longo do desenvolvimento.

No domínio da prevenção e intervenção, a análise realizada permite destacar o papel privilegiado dos contextos educativos. A escola constitui um espaço particularmente relevante para trabalhar com adolescentes questões relacionadas com igualdade de género, respeito, autonomia, consentimento, comunicação, gestão de conflitos e reconhecimento das diferentes formas de violência. A evidência analisada indica que programas estruturados de prevenção podem produzir efeitos positivos, embora os resultados variem em função das características das intervenções, dos participantes e dos contextos em que são implementadas. Neste sentido, a prevenção deverá ser contínua, sistemática e adaptada às necessidades dos diferentes grupos de adolescentes.

Particularmente relevante é a evidência produzida no contexto português por Ferreira et al. (2025), segundo a qual uma intervenção centrada nas assimetrias de género e na VN esteve associada a uma redução significativa das crenças de género legitimadoras da violência e dos indicadores de relações violentas. Este resultado reforça a ideia de que as crenças de género não são estruturas necessariamente estáticas e que podem ser questionadas e transformadas através de intervenções educativas adequadamente estruturadas. Assim, trabalhar as crenças de género deve constituir uma componente integrada da prevenção da VN e não uma dimensão secundária da intervenção.

Importa, contudo, sublinhar que uma abordagem centrada no género deve evitar interpretações deterministas. A existência de diferenças entre rapazes e raparigas não significa que todos os rapazes sejam perpetradores ou que todas as raparigas sejam vítimas. A VN pode envolver vitimação e perpetração por parte de jovens de ambos os sexos, embora possam existir diferenças quanto à natureza, frequência, contexto, gravidade e impacto dos comportamentos. Uma compreensão adequada do fenómeno exige, por isso, simultaneamente, o reconhecimento da diversidade das experiências individuais e a análise das desigualdades de género e das relações de poder que podem estruturar determinadas formas de violência.

Face ao exposto, considera-se que o objetivo delineado para este capítulo foi alcançado, na medida em que a análise permitiu relacionar as diferentes manifestações da VN com os fatores individuais, relacionais e socioculturais que lhe estão associados, dando particular atenção ao papel das crenças de género e às suas implicações para a legitimação da violência. A evidência disponível sustenta a necessidade de compreender a VN para além dos comportamentos observáveis, considerando também as representações e normas que influenciam a forma como os adolescentes interpretam as relações, o amor,

o ciúme, o controlo, a sexualidade e o consentimento.

Em termos de prevenção, torna-se, portanto, fundamental promover uma educação para relações de intimidade saudáveis, baseada na igualdade, no respeito pela autonomia, no consentimento, na responsabilidade afetiva e na capacidade de estabelecer limites. Esta intervenção deve começar precocemente e envolver a escola, as famílias, os pares e outros contextos relevantes para o desenvolvimento dos adolescentes. Mais do que transmitir informação sobre os diferentes tipos de violência, importa criar oportunidades para que os jovens desenvolvam pensamento crítico relativamente às normas de género e aos modelos relacionais que lhes são transmitidos.

Por fim, a prevenção eficaz da VN exige uma intervenção sustentada e articulada entre diferentes setores, nomeadamente educação, saúde, ação social e estruturas de apoio às vítimas. A escola assume um papel central, mas não pode atuar isoladamente. É necessário que os adolescentes encontrem, nos diferentes contextos em que vivem, mensagens coerentes sobre igualdade, respeito, consentimento e não violência. Investir nesta abordagem significa não apenas reduzir a ocorrência de comportamentos violentos, mas também contribuir para que os jovens construam relações de intimidade mais seguras, igualitárias e promotoras do seu bem-estar e desenvolvimento.

O autor deste trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com a referência UID/00317/2025.











REFERÊNCIAS

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2020). *Violência no namoro* [Folha informativa]. APAV. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/FolhaInformativa_VNamoro_2020.pdf

Blázquez-Alonso, M., Moreno-Manso, J. M., Fernández de la Cruz, M., García-Baamonde, M. E., Guerrero-Molina, M., & Godoy-Merino, M. J. (2019). Psychological inertia in adolescence: Sexist attitudes and cognitive and social strategies that hinder gender equality. *Current Psychology, 40*(8), 3671–3681. https://doi.org/10.1007/s12144-019-00327-5

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG, 2021). *Violência no namoro*. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/violencia-no-namoro/enquadramento/

Cuadrado-Gordillo, I., & Martín-Mora-Parra, G. (2022). Influence of cross-cultural factors about sexism, perception of severity, victimization, and gender violence in adolescent dating relationships. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 19*(16), 10356. https://doi.org/10.3390/ijerph191610356

De La Rue, L., Polanin, J. R., Espelage, D. L., & Pigott, T. D. (2017). A meta-analysis of school-based interventions aimed to prevent or reduce dating and sexual violence. *Prevention Science, 18*(3), 287–297. https://doi.org/10.1007/s11121-016-0712-1

De La Rue, L., Knaak, V., & Wager, N. (2022). Adolescent dating violence prevention programmes: A global systematic review of evaluation studies. *The Lancet Child & Adolescent Health, 6*(7), 473–483. https://doi.org/10.1016/S2352-4642(22)00087-4

Ferreira, S. B., Ferreira, M. B., Gomes, N. P., & Carvalho, A. A. S. (2025). Gender beliefs and legitimization of dating violence in adolescents. *Open Medicine, 20*(1), 20251188. https://doi.org/10.1515/med-2025-1188

Hunt, K. E., Robinson, L. E., Valido, A., Espelage, D. L., & Hong, J. S. (2022). Teen dating violence victimization: Associations among peer justification, attitudes toward gender inequality, sexual activity, and peer victimization. *Journal of Interpersonal Violence, 37*(9–10), 5914–5936. https://doi.org/10.1177/08862605221085015

Marques, A. S., Pacheco, M., Pontedeira, C., Iglesias, C., & Rodrigues, L. (2026). A violência sexual nas relações de namoro entre jovens em Portugal: O consentimento para beijar e ter relações sexuais. *Ex æquo, 52*. https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.52.07.

Meiksin, R., Bonell, C., Bhatia, A., Melendez-Torres, G. J., Kyegombe, N., Kohli, A., & others. (2024). Social norms about dating and relationship violence and gender among adolescents: Systematic review of measures used in dating and relationship violence research. *Trauma, Violence, & Abuse, 25*(1), 448–462. https://doi.org/10.1177/15248380231155526

Neves, A. S., Cameira, M., Machado, M., Duarte, V., & Machado, F. (2018). *Beliefs on marital violence and self-reported dating violence: A comparative study of Cape Verdean and Portuguese adolescents*. Journal of Child & Adolescent Trauma, 11(2), 197–204. https://

doi.org/10.1007/s40653-016-0099-7

Neves, S., Correia, A., & Borges, J. (2024). Gender beliefs and dating violence practices among university students in Portugal. *Journal of Human Behavior in the Social Environment, 34*(8), 1312–1325. https://doi.org/10.1080/10911359.2023.2267615

Oliveira, M. S., Sani, A. I., & Magalhães, T. (2012). O contágio transgeracional da agressividade: A propósito da violência no namoro. *Revista Portuguesa do Dano Corporal, 23*, 175–188. https://doi.org/10.14195/1647-8630_23_9

Pacheco, M., Dias, A. T., Borges, B., Pinto, B., & Maia, M. (2024). Prevalência, legitimação e prevenção da violência de namoro nas/os jovens. *Revista Interacções, 20*(69), 1–21. https://doi.org/10.25755/int.37391

Piolanti, A., & Foran, H. M. (2022). Efficacy of interventions to prevent physical and sexual dating violence among adolescents: A systematic review and meta-analysis. *JAMA Pediatrics, 176*(2), 142–149. https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2021.4829

Sawyer, S. M., Azzopardi, P. S., Wickremarathne, D., & Patton, G. C. (2018). The age of adolescence. *The Lancet Child & Adolescent Health, 2*(3), 223–228. https://doi.org/10.1016/S2352-4642(18)30022-1

Silva, T., Fernandes, F., Santos, J., Almeida, M., Randau, K., & Melo, R. (2023). A complexidade da violência no namoro na fase da adolescência. *Revista Psicologia, Saúde & Doenças, 24*(3), 1130–1141. https://doi.org/10.15309/23psd240301

Taquette, S. R., & Monteiro, D. L. M. (2019). Causes and consequences of adolescent dating violence: A systematic review. *Journal of Injury and Violence Research, 11*(2), 137–147. https://doi.org/10.5249/jivr.v11i2.1061

União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR, 2025). Estudo Nacional sobre Violência no Namoro 2024. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2024/02/INFO_ARTHEMIS_UMAR_2024_v002_compressed.pdf

União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR, 2026). Estudo Nacional sobre Violência no Namoro 2025. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/2025/02/estudo-nacional-de-violencia-no-namoro-revela-um-aumento-da-legitimacao-da-violencia-no-namoro/

Vives-Cases, C., Pérez-Martínez, V., Davó-Blanes, M. C., Sánchez-SanSegundo, M., Gil-González, D., G. Abiétar, D., Sánchez-Martínez, F., Forcadell-Díez, L., Pérez, G., & Sanz-Barbero, B. (2021). Dating violence and associated factors among male and female adolescents in Spain. *PLOS ONE, 16*(11), e0258994. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0258994

Woolweaver, A. B., Abu Khalaf, N., Espelage, D. L., Zhou, Z., Reynoso Marmolejos, R., Calnan, M., & Mirsen, R. (2024). Outcomes associated with adolescent dating and sexual violence victimization: A systematic review of school-based literature. *Trauma, Violence, & Abuse, 25*(4), 2781–2796. https://doi.org/10.1177/15248380241226618

World Health Organization. (2020, October 19). *Adolescent health and development*. https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/adolescent-health-and-development

World Health Organization. (2026). *Adolescent health*. Retrieved September 12, 2026, from https://www.who.int/health-topics/adolescent-health